

GOVERNANÇA E EMPODERAMENTO



2018

AGENDA 21 PARANÁ

Bases para o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável

Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2018

Maria Aparecida Borghetti
Governador do Estado do Paraná

Antonio Carlos Bonetti
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná
Coordenadora Geral do Fórum Permanente da Agenda 21
Paraná

Valdir Donizete de Moraes
Coordenação Temática do Fórum
Coordenação Executiva do Fórum

Roberto Gava
Associação Comercial do Paraná – ACP

Maurício Barcellos Degelmann
Instituto GT3
Janaína de Fátima Chudzik
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR

Adriano V. Wild
Mater Natura – Insituto de Estudos Ambientais

Ivo Sérgio Pereira Santos
Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe

Maria Inês Terbeck
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU

Tamara Simone Van Kaick
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Valdir Donizete de Moraes
Associação Ambientalista Ecoforça

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação Fórum Ag21 – SEMA

Ana Gabriela Ramos da Silva
Design e Diagramação

BASES PARA O PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cada Tema Norteador foi subdividido em Eixos Temáticos, visando trabalhar cada questão de forma mais apropriada, sendo detalhado e estruturado em um roteiro para facilitar o entendimento: *Premissas, Situação Atual, Desafio e Obstáculos*.

A apresentação nesse formato busca destacar cada aspecto dos Temas Norteadores e seus diversos eixos, de forma objetiva, direta e de fácil entendimento.

No âmbito das *Premissas* apresentadas o documento define o alcance pretendido para cada um dos cinquenta e um Eixos Temáticos em que a Agenda 21 foi dividida, ou seja, aponta o panorama desejado, numa situação de pleno desenvolvimento sustentável.

Quanto à *Situação Atual* o documento tece um diagnóstico da atualidade de forma genérica e sucinta. Este aspecto generalista, entretanto, não deixa de apontar as responsabilidades intrínsecas dos diversos atores envolvidos.

Em relação aos *Desafios* é apresentado, de forma bem objetiva, o que deve ser feito para superar os entraves ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, na dimensão *Obstáculos* são identificados empecilhos e resistências às mudanças necessárias para a construção de uma sociedade sustentável.

Por fim, estão colocadas as *Propostas*, algumas de forma mais genéricas e outras mais específicas, nas quais são apresentados os principais pontos a serem construídos, modificados ou alterados neste século, no estado do Paraná. Elas são apresentadas sempre no infinitivo, demonstrando a importância em construir uma agenda positiva a ser seguida de maneira efetiva e permanente por toda a sociedade paranaense.

O Glossário reforça o entendimento dos termos citados neste documento a partir do ponto de vista dos membros do Fórum, após pesquisas em diversas fontes.

Importante destacar, finalmente, a relevância do conjunto das propostas, que não se atém apenas nas questões físicas, mas avança em aspectos como a Governança e o Empoderamento da população, em especial por meio das sociedades organizadas, particularmente do terceiro setor, os diferentes fóruns, os conselhos e comitês organizados. Todas estas instâncias e seus atores são importantes instrumentos à formação de uma parceria, junto ao poder público e setor empresarial, para o controle, fiscalização e construção de uma agenda de procedimentos capaz de construir, de fato, a Agenda do Século 21 que levará os paranaenses a uma situação certamente melhor do que aquela hoje encontrada no Paraná.

GOVERNANÇA E EMPODERAMENTO



Eixos Temáticos:

Governança

Gestão Compartilhada

Planejamento Descentralizado e Participativo

Plano Diretor

Fóruns, Conselhos e Comitês

Instância Legítima de Governança

Meios de Implementação da Agenda 21

Mobilização e Comunicação

Papel dos Grupos Principais: Trabalhadores, Mulher, Infância e Juventude, Organizações não governamentais, Autoridades Locais

Terceiro Setor

Respeito às Minorias e Fortalecimento de Grupos Vulneráveis

Comunidades Tradicionais

Indicadores do Desenvolvimento Sustentável

Vocação Regional

Programas Ambientais

Segurança Pública

Premissas:

a governança se torna legítima com a participação equitativa de toda a sociedade, devidamente empoderada, assumindo o protagonismo do desenvolvimento sustentável pela integração dos seus diversos pilares.

Situação Atual:

autoritarismo e centralização nos processos de tomadas de decisão e execução das políticas públicas, pautadas no clientelismo, na cooptação, perseguição, boicote, desinformação, troca de favores, pouco interesse de parcela significativa da população, egoísmo e individualismo. A sociedade muitas vezes não sabe dos seus direitos e muito menos do seu poder e nem como se dão os processos de participação.

Desafios:

capacitar e mobilizar a sociedade para assumir o protagonismo do desenvolvimento sustentável. Democratizar e descentralizar os processos de tomadas de decisão. Criar Fóruns de Agenda 21 Locais.

Obstáculo:

imobilismo da sociedade e práticas autoritárias e centralizadoras dos tomadores de decisão.

6.1. Governança

Premissas - as tomadas de decisões e gestão das políticas públicas devem obedecer o estabelecido pelo controle social visando atingir a plenitude do desenvolvimento sustentável.

Situação Atual - Instâncias de controle social pouco representativas e pouco conhecidas e reconhecidas pela população. Desrespeito a essas instâncias pelo poder público.

Desafios - legitimar as representações da sociedade e fortalecer as instâncias deliberativas. Cumprir as deliberações do controle social na implementação das políticas públicas.

Obstáculos - imediatismo, autoritarismo, corporativismo, manipulação.

Propostas:

6.2.1. Estimular a promoção do bem-estar psicológico, da saúde, da educação, da cultura, do uso do tempo, da vitalidade comunitária, da governança, do meio ambiente e da melhoria do padrão de vida.

6.2.2. Definir e divulgar amplamente as competências e atribuições de cada esfera de governo, bem como de cada órgão e instituição.

6.2.3. Fortalecer a governança, com a participação equitativa de toda a sociedade, especialmente dos governos locais, das associações comunitárias, juvenis e de ambientalistas, das mulheres, dos trabalhadores e das comunidades tradicionais, pois ela é fundamental para encontrar o caminho para o desenvolvimento sustentável. Assim, o fortalecimento e a reforma da estrutura institucional implicam em:

a. Integração dos diversos pilares do desenvolvimento sus-

tentável, compreendendo que as suas dimensões vão além do social, do ambiental e do econômico, e incluem as vertentes culturais, políticas e espirituais;

b. Implementação das Agendas 21 locais, com base nos princípios da Rio 92, em particular no que se refere às “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, visto que historicamente a degradação social e ambiental do Estado é resultado da ação de diferentes agentes degradadores; uns com maiores responsabilidades/benefícios e outros mais vitimizados/vulnerabilizados por esses processos;

c. Estabelecer e implementar um cronograma com metas e ações efetivas, com indicadores de acompanhamento e avaliação, visando a conversão do atual modelo econômico para o desenvolvimento sustentável, garantindo a erradicação da pobreza, a proteção e preservação ambiental, os direitos sociais e o respeito a todas as formas de vida.

6.2.4. Criar um instrumento legal que garanta que a mudança de governo não signifique a perda do trabalho realizado no governo anterior no que tange ao desenvolvimento sustentável.

6.3. Gestão Compartilhada

Premissas - todos os setores da sociedade participando diretamente das tomadas de decisão assumindo suas responsabilidades quanto à implementação das mesmas.

Situação Atual - a sociedade é ouvida de forma esporádica e pontual, como no caso das audiências públicas nas quais, via de regra, é apresentado um “pacote” fechado onde o espaço para intervenção é cerceado, servindo apenas para legitimar um processo muitas vezes altamente questionável.

Desafios - organizar e capacitar a sociedade para participar e

fortalecer as instâncias de controle social. Poder público trabalhar em parceria com a sociedade de forma efetiva.

Obstáculos - prática autoritária e centralizada da gestão pública. Desconhecimento por parte da sociedade. Precariedade dos processos de representatividade nas instâncias de controle social.

Propostas:

6.3.1. Definir que uma gestão compartilhada se estabeleça na medida em que os atores sociais, sujeitos coletivos presentes na arena política, são corresponsáveis na implementação de decisões e respostas às necessidades sociais e ambientais.

6.3.2. Estabelecer que a descentralização, a participação e o fortalecimento da sociedade civil pressionem por decisões negociadas, por políticas e programas controlados por fóruns públicos não estatais, por uma execução em parceria e, portanto, pública.

6.3.3. Incentivar a criação de espaços democráticos na própria localidade visando a participação da sociedade civil nas instâncias de gestão.

6.3.4. Promover e estruturar, de forma planejada, a integração entre órgãos governamentais em prol do desenvolvimento sustentável, capacitando adequadamente os agentes públicos, inclusive os gestores.

6.3.5. O poder público deve assumir suas responsabilidades na execução das políticas públicas, com controle social e implementação do orçamento participativo em todos os níveis de gestão.

6.3.6. Ampliar a democratização da informação facilitando o acesso e a participação popular.

6.3.7. Acabar com o clientelismo entre as ações governamentais e a sociedade civil.

6.3.8. Todos os setores da sociedade devem atuar diretamente para o desenvolvimento sustentável desde a formulação de diretri-

zes e estabelecimento de metas até o monitoramento e fiscalização do cumprimento das mesmas.

6.3.9. Estimular a criação de observatórios de políticas públicas com a finalidade de bem gerir o orçamento, serviços e os bens públicos.

6.3.10. Garantir a autonomia das organizações não governamentais, perante interesses empresariais e econômicos, político-partidário ou da máquina pública, entre outros.

6.3.11. As organizações não governamentais devem prestar conta à população quando executar ação ou projeto em parceria, sobretudo com entes públicos, não só dos recursos financeiros, mas também quanto ao resultado esperado e o resultado efetivamente alcançado.

6.3.12. Garantir o estabelecimento de critérios mais rigorosos quando da contratação de obras públicas, com custos realistas e detalhados, inclusive para evitar aditivos de valores; garantia de repasse de valor conforme cronograma, evitando atrasos nos pagamentos; exigência de cumprimento rigoroso do cronograma, evitando atrasos e adiamentos; garantia de qualidade na execução da obra; justificativa da necessidade no caso de qualquer alteração e punição rigorosa aos responsáveis por qualquer desvio de conduta ou descumprimento de qualquer cláusula estabelecida; tudo amplamente divulgado com fácil acesso e entendimento dessas informações.

6.4. Planejamento Descentralizado e Participativo

Premissas - Todos os segmentos da sociedade participando ativamente do planejamento e gestão das ações visando aprimorar o desenvolvimento sustentável.

Situação Atual - a sociedade não é estimulada a participar dos processos de planejamento e gestão das políticas públicas.

Desafio - incluir a sociedade organizada nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas.

Obstáculos - centralização e autoritarismo dos processos de planejamento. A sociedade não tem o hábito de participar desses processos. Ausência ou insuficiência de mecanismos de participação da sociedade nesses processos.

Propostas:

6.4.1. Descentralizar e democratizar a gestão das políticas públicas implementando o orçamento participativo, com controle social, em todos os níveis de gestão, acabando com o clientelismo entre as ações governamentais e a sociedade civil, promovendo e incentivando a valorização humana, a conscientização da cidadania e a participação da comunidade nos orçamentos municipais a partir da criação de espaços democráticos na própria localidade.

6.4.2. Regionalizar e divulgar as ações de desenvolvimento sustentável, de forma tal que as ações de sucesso em uma região possam dar suporte a outras em outros locais.

6.4.3. Implementar práticas e metodologias que garantam a governança participativa na gestão pública.

6.4.4. Considerar os fóruns multissetoriais de participação como estruturas institucionais modelo, a exemplo do Fórum da Agenda 21 Paraná.

6.4.5. Promover reforma tributária visando combater injustiças, privilégios e a sonegação e ao mesmo tempo garantir que os recursos sejam devidamente aplicados de forma democrática e transparente conforme as reais necessidades definidos no orçamento participativo.

6.4.6. Estabelecer tributação com diferenciação de alíquotas entre bens de valores diferentes.

6.4.7. Estabelecer que os sistemas informatizados dos servi-

ços públicos estejam interligados, facilitando o acesso à informações pelos usuários dos serviços públicos.

6.4.8. Exigir que os crimes eleitorais sejam punidos com penas extremamente severas.

6.5. Plano Diretor

Premissas - O Plano Diretor deve atender as demandas da sociedade e ao mesmo tempo ordenar o desenvolvimento sustentável.

Situação Atual - Grande parte dos Planos Diretores são comprados prontos pelos municípios, elaborados por consultorias especializadas, na forma de assessoria. Conflito de interesses.

Desafio - readequar o Plano Diretor, de maneira participativa, visando o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Obstáculos - a população desconhece o plano diretor e o poder público não envolve a sociedade nos processos relacionados ao mesmo.

Propostas:

6.5.1. Elaborar planos de desenvolvimento regional que norteiem os planos diretores municipais, os quais deverão focar limites naturais das bacias hidrográficas, como unidades de planejamento e gestão, e atender à demanda das relações de produção e trabalho no espaço urbano.

6.5.2. Planejar a cidade quanto à ocupação do espaço físico, aspectos socioeconômicos e culturais, mediante a elaboração e implantação do Plano Diretor incorporando os instrumentos do Estatuto da Cidade, independentemente do número de habi-

tantes ou porte da cidade, com vistas à sustentabilidade e com acompanhamento e fiscalização por todos os poderes públicos.

6.5.3. Implementar programas de conscientização e operacionalização para o cumprimento do Plano Diretor do município para que haja uma estruturação adequada capaz de promover o desenvolvimento integral dos cidadãos, realizando, periodicamente, fóruns e debates para avaliação desses programas.

6.5.4. Incluir a temática dos direitos animais nos planos diretores municipais.

6.5.5. Implantação, fortalecimento e implementação da sustentabilidade socioambiental nas políticas públicas considerando os espaços urbano e rural, bem como a vulnerabilidade ambiental para a definição dos Programas de Territórios de Cidadania considerando as necessidades sociais das populações, promovendo justiça ambiental e inclusão social, com primazia da participação popular.

6.6. Fóruns, Conselhos e Comitês

Premissas - esses espaços devem refletir a real representatividade da comunidade local, de forma qualificada, cumprindo com suas atribuições de forma correta proporcionando o fortalecimento do controle social com a participação comprometida, efetiva e legítima de todos os segmentos.

Situação Atual - profusão de instâncias completamente desarticuladas entre si. Desconhecimento da sociedade quanto a sua existência, atribuição e atuação. Integrados por membros pouco representativos da sociedade, muitas vezes defendendo apenas interesses corporativos e utilizando o espaço em busca de benesses.

Desafios - reestruturar e fortalecer as instâncias de controle social. Legitimar e qualificar as representações. Ser reconhecido, respeitado, valorizado e acatado pelo poder público e pela sociedade.

Obstáculos – falta de articulação entre as instâncias de controle social. Desinteresse por parte do poder público de que essas funcionem a contento. Desconhecimento por parte da sociedade.

Propostas:

6.6.1. Reestruturar e fortalecer os conselhos comunitários garantindo, na composição dos mesmos, a real representatividade da comunidade local, assegurando a representação dos vários segmentos da sociedade, promovendo a qualificação e capacitação dos seus membros para que possam compreender e cumprir as suas atribuições de forma correta, proporcionando assim, o fortalecimento do controle social com a participação comprometida, efetiva e legítima de todos os segmentos.

6.6.2. Criar mecanismos visando proporcionar a comunicação entre os conselhos comunitários.

6.6.3. Instalar comitês e subcomitês da reserva da biosfera da Mata Atlântica e dos comitês e subcomitês das bacias hidrográficas e instalação dos conselhos municipais do meio ambiente e das secretarias do meio ambiente em todos os municípios do Paraná.

6.6.4. Estabelecer mecanismos de divulgação e informação acerca da existência dos conselhos, comitês e fóruns bem como suas atribuições, funcionamento, composição e deliberações, entre outras informações.

6.6.5. Estabelecer mecanismos que garantam o efetivo cumprimento das deliberações das conferências, com estabelecimento de prazos, responsáveis e formas de monitoramento e avaliação.

6.6.6. Criar um banco de dados, público, onde conste todas as informações relevantes sobre cada conselho, fórum, comitê e assemelhados existente em cada município, tais como data e instrumento de criação (lei, decreto, portaria, etc.) a compo-

sição (titulares e suplentes), regimento interno, calendário de reuniões, memória ou ata das reuniões realizadas, etc. Da mesma forma, criar bancos de dados de âmbito estadual e regionais.

6.7. Instância Legítima de Governança

Premissas - Agenda 21 efetivamente implementada em toda sua plenitude, em todos os setores e localidades.

Situação Atual - A Agenda 21 é pouco conhecida e poucos tem interesse que ela seja implementada.

Desafios - Criar fóruns locais de Agenda 21, elaborar diagnóstico participativo, elaborar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), implementar o PLDS, monitorar e avaliar sua implementação, revisando e realimentando quando necessário.

Obstáculos - desconhecimento, descrédito, desinteresse, manipulação, falta de comprometimento.

Propostas:

6.7.1. A Agenda 21 é o processo legítimo para a efetivação do desenvolvimento sustentável, desde a fase do diagnóstico, estabelecimento de metas, monitoramento, avaliação e correção de rumos quando necessário. Compete ao Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e suas instâncias locais (regionais/municipais) monitorar, avaliar e fiscalizar o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável no estado do Paraná, devendo o Fórum ser dotado de estrutura para cumprir com suas atribuições.

6.7.2. A relação entre Estado e sociedade, visando o controle social do primeiro pelo segundo, deve ser pautada pela transparência, confiança e cooperação entre esses dois segmentos. Para tanto, é necessário aprofundar ainda mais a democracia e

fortalecer os mecanismos de participação do povo paranaense em todos os processos decisórios da política, da economia e do desenvolvimento do Estado.

6.7.3. Dar especial atenção às comunidades mais vulneráveis, para que possam participar diretamente do processo de construção do desenvolvimento sustentável.

6.8. Meios de Implementação da Agenda 21

Premissas - estabelecer pactos, incorporar e integrar as ações, programas e projetos, articular com localidades vizinhas e próximas e definir indicadores que medirão o resultado da implementação da Agenda 21.

Situação Atual - a grande maioria dos processos de Agenda 21 local até chega a elaborar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável ou documento similar, porém não efetiva a sua implementação.

Desafio - Implementar a Agenda 21 Local.

Obstáculos - falta de conhecimento do processo de implementação da Agenda 21 e o devido comprometimento.

Propostas:

6.8.1. A Agenda 21 exige que sejam ratificados e assumidos os conceitos e princípios do desenvolvimento sustentável, sendo que, para a sua respectiva efetivação, mais do que produzir com sustentabilidade, exige-se também a participação efetiva da sociedade, com a visão e a fundamentação da condição básica de que os objetivos nesta direção só poderão ser alcançados se a sociedade for sustentável.

6.8.2. Adotar mecanismos de ação e gestão que levem à im-

plantação da Agenda 21 municipal, como uma obrigatoriedade, tal qual ocorre com a lei de responsabilidade fiscal.

6.8.3. Realizar a articulação do Estatuto das Cidades e dos Planos Diretores bem como as leis orgânicas de cada município do Estado do Paraná com as propostas elaboradas pela Agenda 21 local.

6.8.4. Implementar a Agenda 21 em todo o estado do Paraná.

6.9. Mobilização e Comunicação

Premissas - A mobilização de todos os segmentos da sociedade e a ampla divulgação em todas as fases do processo de Agenda 21 local, é imprescindível para dar legitimidade, credibilidade e eficácia.

Situação Atual - a Agenda 21 é pouco conhecida e, além do descomprometimento, não existe mobilização suficiente para sua implementação.

Desafio - estabelecer mecanismos visando tornar a Agenda 21 conhecida por todos os segmentos da sociedade.

Obstáculos - falha de comunicação, manipulação de informações, falta de pessoas habilitadas.

Propostas:

6.9.1. Divulgar e incentivar a implantação da Agenda 21 junto aos diferentes segmentos da sociedade nos municípios paranaenses.

6.9.2. Difundir a Agenda 21 junto ao terceiro setor e à sociedade como um todo, em âmbito local, através da discussão e planejamento participativo das ações; bem como, investir em marketing social, garantindo a informação sobre os canais de interação e participação popular, utilizando-se de meios de co-

municação de grande alcance popular como rádios, jornais, internet e outros veículos.

6.9.3. Fortalecer o trabalho de base de cada movimento social, contemplando ações de formação permanente sobre a Agenda 21, articulada à Carta da Terra.

6.9.4. Criar um banco de dados com todos os documentos relacionados à Agenda 21.

6.9.5. Elaboração de cartilhas para crianças e adultos, com linguagem adequada, tratando da Agenda 21.

6.9.6. Elaboração de material didático, informativo, lúdico, vídeos e outros para divulgação da Agenda 21.

6.10. Papel dos Grupos Principais: Trabalhadores, Mulheres, Infância e Juventude, Organizações não governamentais, Autoridades Locais

Premissas - Todos os grupos da sociedade participando ativamente da construção e efetivação do desenvolvimento sustentável.

Situação Atual - os grupos atuam de forma corporativista e fragmentada, muitas vezes sendo cooptados causando enfraquecimento, divisão e rivalidade interna.

Desafio - fortalecer as instituições tornando legítima sua representatividade.

Obstáculos - corporativismo, cooptação, fragmentação, imediatismo.

Propostas:

6.10.1. Desenvolver novos modelos, inter e intrageracionais, na perspectiva da Justiça Geracional, a qual estabelece que as habilidades das gerações futuras de atingir seu próprio desen-

volvimento não são apenas ambientais, mas também pessoais, individuais, organizacionais, de participação, de tomada de decisão, de representação, além de outras.

6.10.2. Incentivar os jovens a mudarem a forma de se organizar e de se relacionar, tendo em vista a construção de uma unidade de ação e a obtenção de avanços em todas as dimensões.

6.10.3. Valorizar novas formas de organização social e política, respeitando a pluralidade das identidades desses grupos, porém, sem perder a unidade de ação.

6.11. Terceiro Setor

Premissas - assumir o papel de protagonista do desenvolvimento sustentável.

Situação Atual - o terceiro setor encontra-se muito fragmentado com atuação reativa e pontual, muitas vezes visando apenas os interesses da entidade deixando em segundo plano a “causa” defendida.

Desafio - fortalecer as instituições tornando legítimas suas representatividades.

Obstáculos - corporativismo, cooptação, fragmentação, imediatismo, conflito de interesses.

Propostas:

6.11.1. Buscar, dentro dos movimentos sociais e entidades sem fins lucrativos, ações contundentes de enfrentamento para resolução das questões socioambientais, ou seja, enfrentando a origem, a raiz de cada questão, para que a mudança seja efetiva, ética e permanente, desenvolvendo princípios de organização e articulação coletiva entre os movimentos e entidades não governamentais, criando espaços para a troca de experiências e proporcionar momentos de debate político entre os movimentos e entidades, acionando os meios de comunicação para levar as propostas levantadas à população, ao poder público e às empresas.

6.11.2. Criar um banco de dados, público e estadual, das entidades e instituições do terceiro setor, de cada região e de cada município, com o máximo de informações, possibilitando a livre consulta por qualquer interessado.

6.12. Respeito às Minorias e Fortalecimento de Grupos Vulneráveis

Premissas - os interesses das minorias e, sobretudo dos grupos potencialmente mais vulneráveis devem ser respeitados, preservados e promovidos.

Situação Atual - Os interesses das minorias são reiteradamente desrespeitados o que ocasiona uma vulnerabilização cada vez maior.

Desafios - fortalecer as instituições representativas desses segmentos. Instituir políticas públicas visando suprimir condições de vulnerabilidade.

Obstáculos - falta de definição do que são as minorias. Desinteresse em relação aos grupos Vulneráveis.

Propostas:

6.12.1. Combater com o rigor da lei todas e quaisquer formas de manifestações preconceituosas e discriminatórias que atentem contra os direitos humanos e das outras formas de vida, inclusive, criando estruturas institucionais caracterizadas pelas especificidades do combate e da prevenção contra as diversas formas de discriminação.

6.12.2. Investir fortemente na educação formal, não formal e informal, do nosso povo para a mudança de pensamentos, hábitos e atitudes para banir definitivamente do seio da nossa população qualquer resquício de discriminação e intolerância.

6.12.3. Crianças, adolescentes e jovens devem ser tratados como cidadãos plenos de direitos e deveres. A sociedade deve defender o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA como um avanço da civilidade brasileira, e o Estado deve assegurar o seu cumprimento integral, garantindo educação pública e gratuita de excelente qualidade, acesso ao lazer, ao esporte, à cultura e à saúde; bem como, condições de segurança e uma vida plena.

6.12.4. Por outro lado, a população caminha para o envelhecimento. Isso exige um esforço redobrado de toda a sociedade, e especialmente do Estado, para a adoção de políticas públicas voltadas a esse segmento, de forma a ampliar a conscientização a respeito de direitos e de espaços a serem conquistados. É, portanto, dever do Estado o pleno cumprimento do Estatuto do Idoso e a garantia do direito de acesso a serviços de saúde e à previdência social.

6.13. Comunidades Tradicionais

Premissas - Garantir a proteção e os direitos das populações

nativas e tradicionais, incluindo direito à propriedade de terras por elas tradicionalmente ocupadas, assim como a livre manifestação de suas culturas e rituais.

Situação Atual - não bastasse todo o mal causado ao longo do tempo, os povos tradicionais continuam sendo extremamente desrespeitados e ameaçados.

Desafios - reconhecer a existência desses grupos, suas características, necessidades e cultura. Desenvolver políticas públicas para garantir e proteger os direitos e os interesses dessas comunidades.

Obstáculos - falta de interesse do poder público. Pressão do poder econômico.

Proposta:

6.13.1. Assegurar a defesa dos seus territórios contra qualquer tipo de pressão econômica, quer seja advinda da grilagem de terras ou proveniente da especulação fundiária ou mesmo de outras ameaças.

6.14. Indicadores do Desenvolvimento Sustentável

Premissas - A evolução do desenvolvimento sustentável deve ser avaliada de forma periódica e sistemática visando estabelecer correções necessárias quando as metas não forem alcançadas ou a evolução do desenvolvimento sustentável estiver ameaçada de alguma forma.

Situação Atual - Os indicadores estão sendo construídos aos

poucos, mas não são devidamente apropriados nem aplicados na busca do desenvolvimento sustentável.

Desafio - criar planilhas mensuráveis para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas dentro de determinado período.

Obstáculo - média ponderada mascara situações críticas ao nivelar os índices.

Propostas:

6.14.1. Mudar o índice de avaliação do desenvolvimento, incluindo outras variáveis, pois o PIB mede somente a economia.

6.14.2. Criar indicadores de resultados da Agenda 21.

6.14.3. Promover a realização de fóruns locais, municipais e estadual de discussão para monitoramento dos avanços e lacunas na implementação das Agendas 21 locais, avaliação e análise do impacto das ações dos setores sociais nas propostas de desenvolvimento sustentável, descrevendo os critérios de monitoramento, avaliação e análise em parâmetros claros e objetivos, de forma que possam ser amplamente divulgados.

6.15. Vocação Regional

Premissas - Promover o desenvolvimento sustentável mediante atividades que valorizem as potencialidades locais e regionais com o consequente desenvolvimento da vocação econômica, social e ambiental.

Situação Atual - projetos de âmbito regional buscam apenas o desenvolvimento de atividades econômicas e são voltados para setores específicos.

Desafio - estabelecer um processo integrado regionalmente,

visando melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento sustentável.

Obstáculo - falta de integração entre os municípios da mesma região para atuação conjunta.

Propostas:

6.15.1. Promover o desenvolvimento sustentável e apropriação do território mediante programas que incentivem o turismo e as demais atividades no setor primário, secundários e terciários que valorizem as potencialidades locais e regionais com o consequente desenvolvimento da vocação econômica local.

6.15.2. Estabelecer políticas públicas na criação de polos de desenvolvimento sustentável mediante o planejamento e a participação da comunidade.

6.16. Programas Ambientais

Premissas - Meio ambiente saudável, garantindo qualidade de vida para todos os seres. Programas, projetos e ações integrados em consonância com a Política Pública estabelecida.

Situação Atual - profusão de projetos e programas, muitas vezes inócuos, sem a devida eficácia, sobreposição em algumas áreas e outras completamente abandonadas. Instituições do terceiro setor executando projetos e ações muitas vezes com recursos públicos, substituindo atribuições de competência do poder público.

Desafio - estabelecimento de política pública com objetivos, metas, estratégias, atribuições e competências bem definidas.

Obstáculos - terceirização das responsabilidades do poder público. Resistências de setores empresariais.

Propostas:

6.16.1. Os programas ambientais devem estabelecer mecanismos e condições, para que se possa optar pela permanência no campo e/ou em pequenas cidades visando à sustentabilidade do meio social.

6.16.2. Os programas governamentais devem desenvolver ações eficazes em relação à erosão, galeria de águas pluviais, saneamento básico, resíduos sólidos, aproveitamento de material reciclável e compostável, etc., além de criar meios de recuperação e/ou conservação de rios, vales e espaços ecológicos.

6.16.3. Auditar os recursos aplicados em questões ambientais.

6.16.4. Estimular e cobrar o comprometimento e a responsabilidade compartilhada de todos os setores no apoio ao processo de desenvolvimento sustentável.

6.16.5. Criar banco de dados com informações dos projetos de cunho ambiental ou socioambiental públicos, empresariais e do terceiro setor para avaliar a eficácia e aplicabilidade dos mesmos.

6.17. Segurança Pública

Premissas - Garantia do direito de ir e vir sem ser molestado, garantia da vida sem ameaças, garantia a livre e responsável manifestação do pensamento.

Situação Atual - a violência é rotina no cotidiano das pessoas e de vários outros seres. Cerceamentos das liberdades individuais. Abuso de poder. Roubos, assaltos, tráfico, assassinatos.

Desafios - identificar as causas de cada forma de violências. Estabelecer políticas para erradicar essas causas.

Obstáculos - institucionalização da violência. Indústria da segurança. Crime organizado. Abismo social.

Propostas:

6.17.1. Qualificar e aprimorar constantemente o efetivo policial para uma filosofia de ação cada vez mais comunitária e participativa, agindo em conjunto com as demais instituições governamentais e com a sociedade civil na solução de problemas ambientais e sociais, como estratégia principal para a prevenção de infrações e crimes.

6.17.2. Fazer as gestões necessárias para a ampliação da estrutura do policiamento ambiental com incremento de efetivo, equipamentos e bases, aumentando, assim, a capacidade do Estado para o enfrentamento da degradação ambiental.

6.17.3. Realizar trabalho preventivo junto a familiares de apenados e pessoas com histórico de envolvimento em atividades criminosas, sobretudo crianças e adolescentes.

6.17.4. Assegurar, por legislação, que pessoas condenadas por algum crime ou delito que venham a reincidir ou cometer outro crime ou delito tenha sua pena agravada e a perda de qualquer benefício legal.

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar: É aquela na qual a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agrícola é a principal fonte de renda, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Agrobiodiversidade: O conceito de agrobiodiversidade reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável.

Agroecologia: É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. A abordagem agroecológica da produção busca desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos.

Agrofloresta: É um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente, com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras, sem problemas com “pragas” ou “doenças”, dispensando o uso de venenos. Nos Sistemas Agroflorestais, encontramos uma mistura de culturas anuais, árvores perenes e frutíferas e leguminosas, além de criação de animais e a própria família de agricultores, em uma mesma área.

Anel de Integração: Consiste em uma malha de rodovias divididas em lotes interligados, geralmente administrados pela iniciativa privada e mantidos com a cobrança da tarifa de pedágio interligando diversos municípios.

Antropocentrismo: É a linha de pensamento que coloca o ser humano como o “centro do universo”, ou seja, cabe a ele definir como e quando a natureza deve ser usada ou explorada.

Biocentrismo: É o conceito segundo o qual todas as espécies vivas têm o mesmo valor. É uma concepção, segundo a qual todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência. As tendências antropocêntricas defendem a responsabilidade do ser humano para com a natureza, enquanto as biocêntricas, os deveres dele diante da natureza. Em outras palavras, a natureza é a titular de direitos.

Biodigestor: É o equipamento pelo qual se pode realizar a fermentação por meio de bactérias, que digerem matérias orgânicas em condições anaeróbicas (ausência de oxigênio) cujo objetivo é a obtenção de biogás e de biofertilizante.

Cadeia Produtiva: É um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço).

Capital Social: É o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo. Capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso. Os sociólogos sublinham que o capital social é formado pelas redes sociais, pela confiança mútua e pelas normas efetivas.

Ciclo de Vida: É uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

Commodities: São os produtos que em grande volume conquistaram o mercado internacional, tornando-se quase indispensáveis ao consumidor. Podem ser definidas como mercadorias que são produzidas em larga escala e comercializadas em bolsas de valores em nível mundial sendo que seus preços são definidos pelo mercado internacional. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. As commodities também se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas. Podem ser: agrícolas, minerais, financeiras ou ambientais.

Compostagem: É a ação pela qual produtos usados ou inutilizados pelo ser humano (restos de alimentos, folhas, poda de árvores ou qualquer outro produto de fácil decomposição) são disponibilizados em local adequado ou em equipamentos apropriados, para transformarem-se em elementos enriquecedores do solo (adubo).

Controle Social: É uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas. Um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

Corpos Hídricos: É qualquer acumulação significativa de água, usualmente cobrindo a Terra ou outro planeta. O termo Corpo de Água geralmente refere-se a grandes acumulações de água tais como: mares, oceanos e lagos, mas é usado também para rios, lagoas, arroios, poças ou zonas úmidas.

Corredor Ecológico: É uma área que une os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana, como por exemplo, estradas, agricultura, atividade madeireira. O objetivo do corredor ecológico é permitir o livre deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal.

Desmaterialização: É a redução na quantidade de materiais necessários para atender as funções econômicas na sociedade. Em termos comuns, desmaterialização significa “fazer mais com menos”. Ex: digitalização de documento e informações ao invés de registrá-los em papel, popularização do uso da internet e das redes sociais, a educação à distância, compartilhar quase tudo,

de veículos a sobras de comida, compartilhamento de espaços de trabalho etc.

Economia Solidária: É um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Empoderamento: É a apropriação do poder de emitir opinião e tomar suas próprias decisões no pleno exercício da cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro. Neste contexto, está o conceito do empoderamento social, que se resume em fazer com que tudo seja mais democrático e que a população em geral tenha poder de opinião e decisão.

Especismo: É o ponto de vista de que uma espécie, no caso a humana, tem todo o direito de explorar, escravizar e matar as demais espécies por considerá-las inferiores. É a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. Atualmente é comparável a um ato de preconceito e discriminação.

Extensão rural: É um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida.

Extratativismo Natural: É a atividade de coleta de produtos naturais, sejam de origem vegetal, animal ou mineral para fins comerciais, industriais ou para subsistência.

Governança: É a referência a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, incluindo-se aí “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais e associações de diversos tipos. A governança opera num plano que engloba a sociedade como um todo.

Incubadora Aceleradora: Consistem em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que têm a função de criar e desenvolver novas pequenas empresas ou microempresas, auxiliando durante todas as etapas iniciais do processo, buscando apoiá-las de acordo com alguma diretiva governamental ou regional. São focadas em projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas que tenham o potencial para crescerem muito rápido.

Incubadora Tecnológica: É um dos tipos de incubadora. Abrigam empreendimentos inovadores, frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando fornecer um ambiente propício ao desenvolvimento de projetos, empresas ou organizações públicas ou privadas.

Intermodalidade: É uma operação que se realiza pela utilização de mais de um modal de transporte (marítimo, rodoviário, aéreo, ferroviário e outros). Isto quer dizer transportar uma mercadoria do seu ponto de origem até a entrega no destino final por modalidades diferentes.

Logística Reversa: É o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Obsolescência Programada: É a redução artificial da durabilidade de produtos ou ciclo de vida de seus componentes. Tal estratégia, ilicitamente adotada por alguns fornecedores, visa estimular a aquisição de novos produtos em um curto período de tempo, alavancando, com isso, suas vendas e, conseqüentemente, seu lucro. A ideia é induzir o consumidor a comprar, descartar rapidamente e adquirir outra vez, repetidamente.

Pagamento por Serviços Ambientais - PSA: É a transferência de recursos (monetários ou outros) a quem ajuda a manter ou a produzir os serviços ambientais. Como os benefícios dos serviços ambientais são aproveitados por todos, o princípio é que nada mais justo que as pessoas que contribuem para a conservação e a manutenção dos serviços ambientais recebam incentivos.

Permacultura: É um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza. Propõe uma “cultura permanente”, ou seja uma cultura que visa a nossa permanência neste planeta em harmonia com a natureza. Possui três princípios éticos: cuidar da terra, cuidar das pessoas e compartilhar excedentes.

Práticas Integrativas e Complementares: São conhecidas popularmente como “ramos da medicina alternativa”. Tem o objetivo de garantir a prevenção de agravos, a promoção e a recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, além de propor o cuida-

do continuado, humanizado e integrado em saúde, contribuindo com a resolubilidade do sistema de saúde com qualidade, eficácia, eficiência, segurança e participação social no uso. Aumentam a quantidade de recursos que podem ser utilizadas pelos cidadãos. Além disso, colaboram para que a medicina se torne cada vez mais humanizada. No SUS - Sistema Único de Saúde, são elas: a Homeopatia, as Plantas Medicinais e Fitoterápicas, a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Medicina Antroposófica e o Termalismo Social-Crenoterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reike, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga.

Reciclagem: É o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos.

Resíduos Sólidos: É o material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade.

Resiliência: É a capacidade de voltar ao seu estado natural, principalmente após alguma situação crítica e fora do comum. No contexto da ecologia, a resiliência é a aptidão de um determinado sistema que lhe permite recuperar o equilíbrio depois de ter sofrido uma perturbação. Este conceito remete para a capacidade de restauração de um sistema.

Royalties: É a taxa ou valor que é pago a uma entidade (pessoa física, pessoa jurídica ou país) pelo uso de um produto ou ideia, de sua criação.

Senciência: É a capacidade dos seres de sentir sensações e sentimentos de forma consciente. Em outras palavras: é a capacidade de ter percepções conscientes do que lhe acontece e do que o rodeia. As sensações como a dor ou a agonia, ou as emoções, como o medo ou a ansiedade, são estados subjetivos próximos do pensamento e estão presentes na maior parte das espécies animais.

Serviços Ecosistêmicos: São os bens e serviços que se obtém dos ecossistemas direta ou indiretamente. Um ecossistema é definido como um dinâmico e complexo relacionamento entre plantas, animais e comunidades de microrganismos e de elementos não vivos (solo, água, ar), todos interagindo em equilíbrio. A estrutura dos serviços ecosistêmicos combina setores econômicos, ecológicos e sociológicos e são divididos em quatro categorias: provisão, regulação, cultural e de suporte. A principal diferença entre serviços ambientais e serviços ecosistêmicos é que, no primeiro caso, os benefícios gerados estão associados a ações de manejo do homem nos sistemas naturais ou agroecossistemas; já os serviços ecosistêmicos refletem apenas os benefícios diretos e indiretos providos pelo funcionamento dos ecossistemas, sem a interferência humana.

Terceiro Setor: São organizações da sociedade civil brasileira, voltadas para causas públicas. É formado por associações e entidades sem fins lucrativos (ONGs e OSCIPS) tendo como objetivo principal melhorar qualidade de vida dos necessitados, sejam ele crianças, adultos, animais, meio ambiente, e etc., fazendo ações solidárias, possuindo papel fundamental na sociedade. É composto quase que, em sua totalidade, de mão-de-obra voluntária. As instituições do terceiro setor estão muitas vezes envolvidas com obras de filantropia. O terceiro setor é, em sua maioria, mantido com iniciativas privadas e até mesmo incentivos do Governo, com repasse de verbas públicas, porém não pode ser substituto da fun-

ção do Estado sendo apenas uma complementação e um auxílio na resolução de tantos problemas presentes na sociedade.

Vivisseção: É o ato de cortar um animal vivo. Com o tempo o termo foi abrangendo outras coisas e significa qualquer procedimento onde você pega um animal vivo, induza um determinado estímulo nele e obtém um outro em troca. Define-se como o ato ou a prática de fazer experiências em animais vivos. O termo vivisseção é usado para englobar as várias categorias científicas e procedimentos médicos feitos em animais, incluindo: testes de medicamentos e outros produtos químicos, pesquisa biomédica ou a criação e morte de animais, direcionadas para retirar e usar partes, tais como válvulas cardíacas ou órgãos.